

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **conhecimentos de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto I

1 Em 1880, o deputado Rui Barbosa, da Bahia, redigiu,
a pedido do presidente do Conselho de Ministros, José Antônio
Saraiva, o projeto de lei de reforma eleitoral. Em abril de 1880,
4 o Ministério do Império enviaria o documento à Câmara dos
Deputados. Aprovado posteriormente pelo Senado, em janeiro
do ano seguinte seria transformado no Decreto n.º 3.029 e
7 ficaria popularmente conhecido como Lei Saraiva. Por
intermédio dela, seriam instituídas eleições diretas no país para
todos os cargos, à exceção do de regente, amparado pelo Ato
10 Adicional.

Naquela época, o voto não era universal: para
participar do processo eleitoral, requeriam-se 200 mil réis de
13 renda líquida anual comprovada. Havia, no entanto, a previsão
de dispensa de comprovação de rendimentos, que se aplicava
a inúmeras autoridades, como, entre outros, ministros,
16 conselheiros de estado, bispos, presidentes de província,
deputados, promotores públicos. Praças militares e policiais
não podiam alistar-se.

19 Para candidatar-se, o cidadão, além de não ter sido
pronunciado em processo criminal, deveria auferir renda
proporcional à importância do cargo pretendido. Deveria,
22 ainda, solicitar por escrito o seu alistamento na paróquia em
que fosse domiciliado. Candidatos a vereador e a juiz de paz
tinham apenas de comprovar residência no município e no
25 distrito por mais de dois anos; candidatos a deputado
provincial, dois anos na província; candidatos a deputado geral,
renda anual de 800 mil réis; e candidatos a senador deviam
28 comprovar, além da idade de quarenta anos, a percepção de
renda anual de um milhão e seiscentos mil réis.

Uma modificação digna de nota é que, a partir daquela
31 década, os trabalhos eleitorais não seriam mais precedidos de
cerimônias religiosas, como era habitual antes da edição da Lei
Saraiva. Refletindo a relação entre o Estado e a Igreja, já havia
34 ocorrido que algumas eleições fossem realizadas em templos
religiosos; a partir da lei, apenas na falta de outros edifícios os
pleitos poderiam ser realizados em igrejas, muito embora fosse
37 possível afixar nelas — como locais públicos que eram —
editais informando eliminações, inclusões e alterações nos
alistamentos.

Títulos eleitorais: 1881-2008. Brasília: Tribunal Superior
Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação, 2009,
p. 11-2. Internet: <www.tse.jus.br> (com adaptações).

Julgue os itens que se seguem com base nas ideias do texto I.

- 1 A possibilidade de eleição direta para o cargo de regente não foi considerada pela Lei Saraiva.
- 2 Na época a que o texto se refere, todo candidato a cargo público deveria comprovar o atendimento a requisitos de idade e rendimento anual.
- 3 De acordo com o texto, cartazes com informações eleitorais poderiam ser afixados em locais públicos.
- 4 As eleições diretas no Brasil tiveram início em 1880.

Com relação às estruturas linguísticas do texto I, julgue os itens seguintes.

- 5 Na linha 26, as vírgulas empregadas após os vocábulos “provincial” e “geral” evitam a repetição da expressão “tinham apenas de comprovar”, já expressa na linha 24.
- 6 O tempo empregado nas formas verbais “enviaria” (ℓ.4), “seria transformado” (ℓ.6), “ficaria” (ℓ.7) e “seriam instituídas” (ℓ.8) dá a entender que as ações correspondentes a essas formas verbais não se concretizaram, de fato, no ano de 1880.
- 7 Caso a vírgula que sucede o vocábulo “eleitoral” (ℓ.12) fosse suprimida, o sentido do texto seria preservado, mas não a sua correção gramatical.

Texto II

1 A votação paralela é um mecanismo adotado pela
justiça eleitoral para confirmar a credibilidade do sistema de
voto eletrônico. Na véspera da eleição, em cada um dos vinte
4 e sete tribunais regionais eleitorais (TREs), são sorteadas uma
seção da capital e de duas a quatro seções do interior em cada
estado e no Distrito Federal (DF) para a cessão de urnas a
7 serem testadas.

Logo a seguir, os equipamentos são retirados dos seus
locais de origem e levados, ainda no sábado, para as sedes dos
10 TREs, onde permanecem sob vigilância.

Na semana que antecede o dia da votação,
representantes de partidos políticos são convocados pelos
13 TREs para preencherem certa quantidade de cédulas de
votação. Esses votos em cédulas são depositados em urnas de
lona lacradas.

16 Na votação paralela, o conteúdo das cédulas é digitado
nas urnas eletrônicas sorteadas. Ao final, confrontam-se os
resultados do boletim das urnas eletrônicas com aqueles
19 obtidos no computador.

Os juizes eleitorais, após serem informados pelos
magistrados dos TREs de que urnas de sua seção foram
22 sorteadas, providenciam a substituição dos equipamentos por
outros do estoque de reserva.

Em cada estado e no DF, há uma comissão de votação
25 paralela para cuidar da organização e condução dos trabalhos,
composta por um juiz de direito e quatro servidores da justiça
eleitoral.

Por dentro da urna. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2010, 2.ª ed.,
rev. e atual., p. 15-16. Internet: <www.tse.jus.br> (com adaptações).

Cada um dos itens a seguir apresenta uma proposta de reescrita de trecho do texto II — indicado entre aspas —, que deve ser julgada certa se estiver gramaticalmente correta e mantiver o sentido do texto, ou errada, em caso contrário.

- 8 “A votação paralela (...) de voto eletrônico” (ℓ. de 1 a 3): O mecanismo adotado pela justiça eleitoral para confirmar a credibilidade do sistema de voto eletrônico é chamado de votação paralela
- 9 “são sorteadas (...) e no Distrito Federal (DF)” (ℓ. de 4 a 6): é sorteada uma seção da capital e entre duas e quatro seções do interior em cada estado e no Distrito Federal (DF)
- 10 “Na semana (...) cédulas de votação” (ℓ. de 11 a 14): Na semana precedente ao dia do sufrágio, os TREs convocam representantes de partidos políticos para preencher determinada quantidade de cédulas de votação
- 11 “Na votação paralela, (...) nas urnas eletrônicas sorteadas” (ℓ. 16 e 17): Na votação paralela, o conteúdo das cédulas são digitados nas urnas eletrônicas sorteadas

- 12 “Os juízes eleitorais (...) estoque de reserva” (l. de 20 a 23): Os juízes eleitorais, após serem informados pelos magistrados dos TREs de que urnas de sua seção foram sorteadas, procedem à substituição dos equipamentos por outros do estoque de reserva
- 13 “Em cada estado (...) da justiça eleitoral” (l. de 24 a 27): Para cuidar da organização e condução dos trabalhos de cada estado há uma comissão de votação paralela, as quais são compostas por um juiz de direito e quatro servidores da justiça eleitoral

Texto III

1 O Decreto n.º 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, primeiro Código Eleitoral pátrio, instituiu a justiça eleitoral no Brasil, com funções contenciosas e administrativas. Eram seus

4 órgãos: um Tribunal Superior (de justiça eleitoral — o decreto não menciona justiça eleitoral), na capital da República; um tribunal regional, na capital de cada estado, no DF e na sede do

7 governo do território do Acre, além de juízes eleitorais nas comarcas e nos distritos. O Tribunal Superior — de justiça eleitoral — com jurisdição em todo o território nacional,

10 compunha-se de oito membros efetivos e oito substitutos, e era presidido pelo vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). A ele se somavam dois membros efetivos e dois

13 substitutos, sorteados dentre os ministros do STF, além de dois efetivos e dois substitutos, sorteados dentre os desembargadores da Corte de Apelação do DF. Por fim,

16 integravam a Corte três membros efetivos e quatro substitutos, escolhidos pelo chefe do governo provisório dentre quinze cidadãos, indicados pelo STF, desde que atendessem aos

19 requisitos de notável saber jurídico e idoneidade moral. Dentre seus membros, elegia o Tribunal Superior, em escrutínio secreto, por meio de cédulas com o nome do juiz e a

22 designação do cargo, um vice-presidente e um procurador para exercer as funções do Ministério Público, tendo este último a denominação de procurador-geral da justiça eleitoral. Em

25 relação a esse cargo, nota-se uma peculiaridade, à época da criação do Tribunal Superior: o procurador-geral da justiça eleitoral não era o procurador-geral da República, mas sim um

28 membro do próprio tribunal.

As formas de composição do TSE: de 1932 aos dias atuais. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação, 2008, p. 11. Internet: <www.tse.jus.br> (com adaptações).

De acordo com as informações apresentadas no texto III,

- 14 o DF e o território do Acre não eram considerados unidades federativas do Brasil em 1932.
- 15 diferentemente dos anos que se seguiram, em 1932 o procurador-geral da justiça eleitoral era um membro do próprio Tribunal Superior — de justiça eleitoral.
- 16 antes de 1932, as funções da justiça eleitoral no Brasil não eram contenciosas nem administrativas.

Com referência às estruturas linguísticas do texto III, julgue os itens a seguir.

- 17 Na linha 20, o sujeito da forma verbal “elegia” é o termo “o Tribunal Superior”.
- 18 O emprego de acento indicativo de crase na expressão “A ele” (l.12) — **À ele** — prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 19 A correção gramatical do texto seria preservada caso se pospusesse, na linha 12, o pronome “se” à forma verbal “somavam”, da seguinte forma: **somavam-se**.
- 20 Caso a vírgula que sucede o nome “cidadãos” (l.18) fosse suprimida, a correção gramatical do texto seria mantida.

Mem. 03/2015 – SePes

Goiânia, 21 de janeiro de 2015.

Ao Senhor Chefe do Setor de Estágios (SEst)

Assunto: **Novos procedimentos para envio de frequência de estagiários**

1. Para garantir mais agilidade em relação ao pagamento da bolsa-estágio, informo que, a partir do mês de abril deste ano, serão adotados novos procedimentos para o envio da frequência dos estagiários ao Setor de Pessoal (SePes).
2. A frequência mensal de cada estagiário deverá ser enviada para o endereço de *email* do SePes até o quinto dia útil de cada mês.
3. As informações do *email* devem ser complementadas com anexo contendo a planilha de frequência de estagiários, carimbada e assinada pelo chefe do SEst e pelos estagiários.
4. A observância desses procedimentos é essencial para evitar atrasos no pagamento da bolsa.

Atenciosamente,

(espaço para assinatura)

[nome do signatário]

Chefe do Setor de Pessoal

Com base no **Manual de Redação da Presidência da República**, julgue os itens seguintes, relativos à correspondência oficial hipotética apresentada.

- 21 A finalidade comunicativa do expediente em apreço é anunciar novas diretrizes a serem seguidas pelo SEst na comunicação da frequência dos estagiários ao SePes.
- 22 A substituição do fecho “Atenciosamente” por **Respeitosamente**, apesar de denotar impessoalidade, característica dos textos oficiais, seria inadequada no expediente oficial em questão.
- 23 No tipo de texto oficial ilustrado, a assinatura e a indicação do cargo da autoridade que o expede constituem informações obrigatórias para a identificação do signatário, ao passo que o nome dessa autoridade constitui informação opcional.
- 24 Se, na situação em apreço, o SePes não tivesse determinado o *email* como via para a remessa da planilha de frequência de estagiários pelo SEst, este poderia fazer uso do memorando.
- 25 As regras da norma padrão do português seriam respeitadas se, no parágrafo 4 do texto, a expressão “para evitar” fosse substituída por **para que se evite**.
- 26 A situação comunicativa mediada pelo texto em questão envolve três interlocutores: o chefe do SePes (comunicador), o chefe do SEst (destinatário direto) e os estagiários (destinatários indiretos).

Considere as proposições P e Q apresentadas a seguir.

P: Se H for um triângulo retângulo em que a medida da hipotenusa seja igual a c e os catetos meçam a e b , então $c^2 = a^2 + b^2$.

Q: Se ℓ for um número natural divisível por 3 e por 5, então ℓ será divisível por 15.

Tendo como referência as proposições P e Q, julgue os itens que se seguem, acerca de lógica proposicional.

27 Se ℓ for um número natural e se U, V e W forem as seguintes proposições:

U: “ ℓ é divisível por 3”;

V: “ ℓ é divisível por 5”;

W: “ ℓ é divisível por 15”;

então a proposição $\neg Q$, a negação de Q, poderá ser corretamente expressa por $U \wedge V \wedge (\neg W)$.

28 A proposição P será equivalente à proposição $(\neg R) \vee S$, desde que R e S sejam proposições convenientemente escolhidas.

29 A veracidade da proposição P implica que a proposição “Se a , b e c são as medidas dos lados de um triângulo T, com $0 < a \leq b \leq c$ e $c^2 \neq a^2 + b^2$, então T não é um triângulo retângulo” é falsa.

A respeito de lógica proposicional, julgue os itens subsequentes.

30 A proposição “No Brasil, 20% dos acidentes de trânsito ocorrem com indivíduos que consumiram bebida alcoólica” é uma proposição simples.

31 A proposição “Todos os esquizofrênicos são fumantes; logo, a esquizofrenia eleva a probabilidade de dependência da nicotina” é equivalente à proposição “Se a esquizofrenia não eleva a probabilidade de dependência da nicotina, então existe esquizofrênico que não é fumante”.

32 Se P, Q e R forem proposições simples e se T for a proposição composta falsa $[P \wedge (\neg Q)] \rightarrow R$, então, necessariamente, P, Q e R serão proposições verdadeiras.

33 A proposição “Quando um indivíduo consome álcool ou tabaco em excesso ao longo da vida, sua probabilidade de infarto do miocárdio aumenta em 40%” pode ser corretamente escrita na forma $(P \vee Q) \rightarrow R$, em que P, Q e R sejam proposições convenientemente escolhidas.

André, Bruno e Carlos, técnicos de um TRE, começaram a analisar, no mesmo instante e individualmente, as prestações de contas das campanhas de três candidatos, compostas de 60 documentos cada uma. Cada um dos técnicos deveria analisar as contas de um candidato. Ao terminar a análise de sua parte, Carlos, sem perda de tempo, passou a ajudar Bruno e, quando os dois terminaram a parte de Bruno, eles se juntaram, imediatamente, a André, até que os três juntos terminaram todo o trabalho, cada um mantendo o seu ritmo até o final.

Com relação a essa situação hipotética, julgue os itens seguintes, considerando que em 10 minutos de trabalho, André analise 2 documentos, Bruno, 3 documentos e Carlos, 5.

34 A análise de todos os documentos foi feita em mais de 5 horas.

35 Carlos concluiu a análise de sua parte dos documentos em menos de 90 minutos.

36 Quando Carlos concluiu a análise de sua parte dos documentos, André e Bruno haviam analisado, juntos, a mesma quantidade de documentos que Carlos.

Um eleitor deverá escolher um entre os candidatos A, B, C e D. Ele recebeu, de seus amigos, as quatro seguintes mensagens a respeito desses candidatos:

- Os candidatos A e B são empresários.
- Exatamente dois entre os candidatos A, B e C são empresários.
- O candidato A é empresário.
- O candidato C é empresário.

Com base nas informações apresentadas, julgue os próximos itens, considerando que o eleitor sabe que exatamente uma das mensagens é falsa e que exatamente um dos candidatos não é empresário.

37 As informações são suficientes para se concluir que o candidato D é empresário.

38 O candidato A é empresário.

As prestações de contas das campanhas dos 3 candidatos a governador de determinado estado foram analisadas por 3 servidores do TRE desse estado. Considerando que um servidor pode analisar nenhuma, uma ou mais de uma prestação de contas e que, por coincidência, cada um dos 3 candidatos é parente de um dos 3 servidores, julgue os itens que se seguem.

39 Se as prestações de contas forem distribuídas para análise de forma aleatória e independente, então a probabilidade de que cada servidor analise as contas de seu parente é inferior a $1/30$.

40 A quantidade de maneiras distintas de se distribuírem as prestações de contas entre os 3 servidores de modo que nenhum deles analise as contas de um parente é superior a 5.

Acerca da ética no serviço público, cada um dos itens que se seguem apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

41 Mauro, estudante de direito que cumpre estágio em um TRE, foi flagrado pelo presidente do tribunal quando acessava sítios eletrônicos impróprios em um dos computadores do órgão. Nessa situação, não há que se falar em desobediência ao Código de Ética dos Servidores Públicos, uma vez que Mauro não é servidor público.

42 Mirtes, que é servidora pública com mais de vinte anos de ofício em um TRE, acostumou-se com a forma tradicional de realizar suas tarefas e, por isso, se recusa a utilizar os sistemas eletrônicos institucionais que foram instalados em seu departamento. Nessa situação, a chefia imediata de Mirtes deve adaptar a rotina de trabalho para que ela possa continuar a trabalhar da forma que lhe é mais conveniente em respeito a sua longa carreira no tribunal.

43 Rodrigo, servidor público, tem o hábito de consumir bebida alcoólica em excesso em bares e restaurantes da cidade duas ou três vezes por semana após seu horário de trabalho, ocasiões em que fica bastante embriagado. Nessa situação, ainda que a embriaguez habitual ocorra fora do ambiente do trabalho, a conduta de Rodrigo fere dispositivo do Código de Ética dos Servidores Públicos.

A respeito da Lei n.º 8.112/1990, cada um dos próximos itens apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

44 Alice, aprovada em concurso público para o cargo de técnico administrativo de um TRE, precisa acompanhar cirurgia de ente familiar que ocorrerá no mesmo dia em que foi marcada sua posse. Nessa situação, Alice poderá nomear, por procuração específica, alguém que a represente no ato da posse.

45 Em razão de uma reforma administrativa realizada no âmbito do Poder Judiciário, os cargos ocupados por alguns servidores estáveis de determinado TRE foram extintos, e esses servidores foram colocados em disponibilidade. Nessa situação, o retorno dos servidores à atividade pública poderá dar-se por recondução, caso em que eles passarão a ocupar cargos de atribuições e vencimentos compatíveis com os anteriormente ocupados.

46 Paulo, técnico judiciário em exercício na capital do estado de jurisdição de um TRE, pediu sua remoção para outra cidade, na mesma jurisdição desse tribunal. Nessa situação, se for removido, Paulo não terá direito a ajuda de custo.

- 47 Um processo administrativo disciplinar instaurado para apurar possíveis irregularidades cometidas por um servidor público federal revelou o desvio de verbas públicas. Nessa situação, o eventual ajuizamento da ação penal não extinguirá o procedimento administrativo contra o servidor.

Cada um dos itens que se seguem apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base no Regimento Interno do TRE/GO.

- 48 Após regular processo administrativo disciplinar aberto contra Júlio, servidor do TRE/GO, a comissão processante concluiu pela aplicação da penalidade de demissão. Nessa situação, caberá ao corregedor-geral do tribunal decidir sobre a imposição de pena disciplinar ao servidor faltoso.
- 49 Um partido político fez ao TRE/GO uma consulta sobre matéria eleitoral em termos gerais e hipotéticos. A análise para elaboração de parecer levou à conclusão de que o tema objeto da consulta poderia ter alcance nacional. Nessa situação, o TRE/GO deverá comunicar o fato ao Tribunal Superior Eleitoral.
- 50 A pauta de julgamento do TRE/GO de certo dia foi publicada no Diário Oficial Eletrônico regularmente e com a devida antecedência. No entanto, horas antes do início do julgamento dos processos pautados, um candidato a cargo eletivo impetrou um *habeas corpus* ao tribunal. Nessa situação, o *habeas corpus* poderá ser julgado ainda que não tenha havido publicação que o inserisse na pauta do dia.

Espaço livre
